

A marcha da dívida

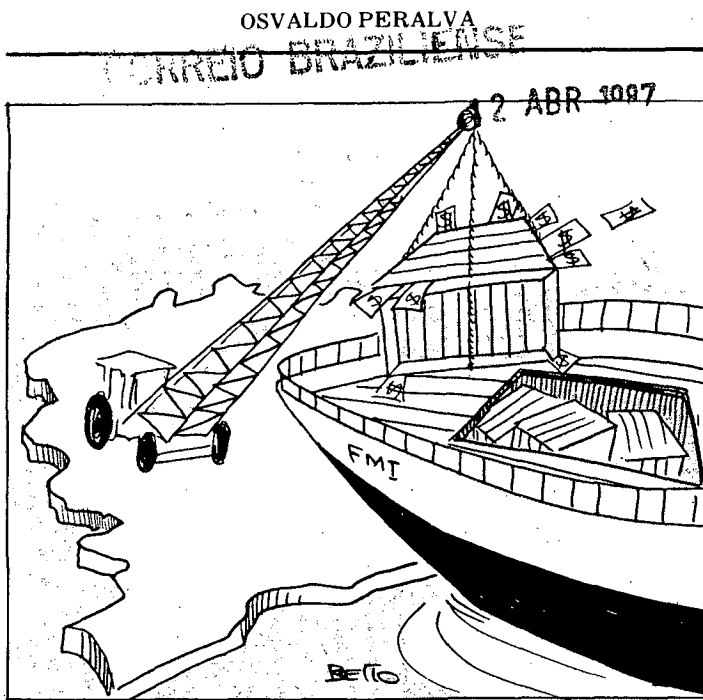
12 ABR 1987

Mais de quarenta dias depois da declaração de moratória da dívida externa brasileira, é possível extrair do quadro algumas deduções. Entre elas, como ponto de partida e fundamento, o fato novo da adoção de uma atitude realmente soberana no trato com os credores.

A tese da soberania, inicialmente defendida pelo ministro Celso Furtado, acentua a diferença entre um devedor particular e um devedor revestido de soberania nacional, como é o caso do Brasil. Isto marca bem a diferença entre o que acontece agora e o que sucedeu em 1982, quando ao default mexicano, para usar a gíria dos técnicos, seguiu-se o "setembro negro" no Brasil, que o levou a curvar-se ante as imposições do Fundo Monetário Internacional a fim de poder receber dinheiro novo do Exterior.

Com as prerrogativas de país soberano, e em condições de dificuldades financeiras semelhantes às daquele ano o Governo brasileiro mostrou a impossibilidade de prosseguir pagando juros escorchantes, em prejuízo de seu desenvolvimento. E verdade que a situação atual é bem mais favorável, no sentido de que as reservas cambiais não estavam no ponto zero e a dependência do petróleo estrangeiro é muitíssimo menor.

E de notar que uma parte da grande imprensa, que antes considerava a idéia de moratória como fruto de mentes alucinadas, hoje a admite e defende como ato patriótico. E mesmo um líder político como o senador Jarbas Passarinho, dirigente de um partido que era a agremiação situacionista no regime anterior, proclama ser inaceitável que o Brasil tenha despendido, em cinco anos, mais de cinquen-



ta bilhões de dólares somente a título de juros.

A indagação machadiana se teria mudado o Natal ou mudei eu, a resposta é que mudou principalmente o Natal.

Mudou no sentido de se haverem ampliado as possibilidades nacionais de resistência a medidas de retaliação, e se tornou também mais evidente o caráter espoliativo do serviço da dívida. Durante duas décadas, e até mais, o Brasil pagou pontualmente os juros, e apesar disso era condenado a uma taxa de risco (spread), das mais altas, senão a mais alta imposta pelos banqueiros a um devedor.

Além disso, conforme destaca a nota do PMDB em apoio à moratória, os credores subiram unilateralmente as taxas de juros de seis por cento para 21 numa flutuação sempre para cima,

por causas internas em seus países, as quais nada temos a ver.

Observe-se ainda a opinião da imprensa estrangeira isenta. *The Economist*, de Londres, em nota transcrita pela revista *Senhor*, de 31 de março último, escreve que desde 1981 os países do Terceiro Mundo têm sido exportadores de capital líquido. A saída de capital privado (frequentemente para as contas dos bancos credores) tornou as coisas piores. O Morgan Guaranty calculou em 1986 que dos US\$ 375 bilhões que dez países latino-americanos adicionaram às suas dívidas, entre 1975 e 1985, cerca da metade desapareceu com a fuga de capital.

E o *Sueddeutsche Zeitung*, de Munique, um dos mais influentes da Alemanha Ocidental, diz que a moratória brasileira é indicio de que estão contados os dias da

atual "administração" da crise, a qual basicamente consiste em conceder novos empréstimos aos devedores para pagar os juros dentro dos prazos, que até agora essa tática logrou protelar a hora da verdade, mas ao preço do constante aumento da dívida internacional que no momento perfaz mais de um trilhão de dólares.

O choque produzido pela moratória brasileira é de natureza bastante diferente de outros choques, como o do México e o do próprio Brasil em 1982, conforme mencionamos, precisamente porque nele se envolveu a questão da soberania nacional. As pessoas comprometidas de alguma maneira, inclusive teoricamente, com aquela solução, previam vários tipos de catástrofe para a economia brasileira, sobretudo a partir de 31 de março, quando teriam de ser renovados créditos no valor de quinze bilhões de dólares, sem os quais nosso comércio externo paralisaria. Claro que está havendo dificuldades, e continuarão, mas estão longe da catástrofe.

E algo começa a mover-se na direção de soluções mais compatíveis com a necessidade de crescimento dos países do Terceiro Mundo. O novo diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, acaba de anunciar que cobrará dos países industriais políticas que objetivem o desenvolvimento econômico mundial acelerado. Considera não mais ser aceitável a existência de dois padrões de ajustamento, um para os desenvolvidos e outro para os países em desenvolvimento.

Diante do esboço deste quadro, as vozes que reclamam a volta do Brasil ao FMI têm um tom sombrio, defasado e em desacordo com a dignidade nacional.